

FARNSWORTH, Corey (2024). *Atlantic Crossroads in Lisbon's new golden age, 1668-1750*. University Park, Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 228 pp., ISBN: 978-0-271-09886-9.

Cacey Farnsworth é professor assistente em História na Brigham Young University (EUA), e doutorado pela Universidade da Flórida, com a tese intitulada: “Atlantic Lisbon: From Restoration to Baroque Splendor”. No livro aqui em análise, Farnsworth retomou as pesquisas sobre a cidade de Lisboa. As investigações pretéritas do autor têm-se focado na história familiar, ibérica e na história atlântica.

Este livro está organizado em cinco capítulos, precedidos de uma introdução e encerrado com uma conclusão. A estrutura interna assume a configuração característica de um trabalho acadêmico. Cada capítulo começa com a exposição dos fatores que serão analisados e uma conclusão que resume cada parte. O autor engendrou uma exposição e explicação acessível e clara dos conteúdos, não sendo necessário um conhecimento prévio relevante antes de ler a obra. Ela é autossuficiente e autoexplicativa.

Na Introdução, Farnsworth descreve a evolução da história atlântica, de que Lisboa é um exemplo, sublinhando como aquela história foi marcada pela criação e destruição de comunidades como resultado de dinâmicas de circulação de pessoas, culturas, bens e ideias. Explicita traços relevantes de Lisboa no período da União Ibérica, a perda de monopólios comerciais para os holandeses e ingleses, considerando que as Guerras da Restauração foram o período de viragem do império português para o Atlântico. Neste ciclo, Lisboa transformar-se-ia no principal centro do comércio imperial atlântico português, dinâmica que se acentuou nos reinados de D. Pedro II e D. João V. A partir desta contextualização justificou o foco no contexto atlântico e na análise das influências atlânticas na cidade: “Simply put, this book demonstrates the prominent role of the Atlantic world in Lisbon” (p. 1). Contudo, venceu que Lisboa não estava isolada de influências extra-europeias e locais. Um dos problemas desta abordagem é precisamente a negligência destas influências para explicar as mudanças que ocorreram em Lisboa. A Introdução incorpora ainda uma útil caracterização de Lisboa na fase subsequente às mencionadas Guerras da Restauração, 1668-1750. Farnsworth explicou também que usou fontes heterogêneas, segundo ele nunca antes usadas.

O primeiro capítulo da obra focou-se na análise das influências da população de origem africana em Lisboa. A viragem para o Brasil ditou um maior foco na compra de pessoas escravizadas para este território ultramarino, tanto

para as minas como para as plantações de cana de açúcar. Como resultado, a população escrava africana em Lisboa diminuiu e muitos juntaram-se em irmandades africanas (com funções de assistência social mútua em alturas de grande instabilidade socioeconómica, sendo que também eram organizações essenciais do ponto de vista da sociabilidade), irmandades essas que se multiplicaram com o crescimento da procura de escravos. Neste capítulo, Farnsworth analisou as irmandades africanas mas não mencionou que algumas corporações eclesiásticas as promoviam para integrar africanos recém-chegados à fé católica (SWEET 2007). Os escravos resistiram e adotaram outras estratégias para evitar a viagem para o Brasil, a exemplo de Grácia, uma escrava que escapou a uma transação mas que acabaria por ser vítima de um processo na Inquisição.

A população africana lisboeta cresceu através da reprodução natural no interior deste universo tendo-se assistido a um processo a que Farnsworth chamou Iberização, o qual implicou uma mistura de facetas da cultura portuguesa com a africana, assim como a discriminação baseada em razões de natureza racial. Muitos ex-escravos empenharam-se em criar condições que lhes possibilitasse casar, tendo-se apurado, a partir dos registos paroquiais compulsados, que o aumento do número de casamentos entre ex-escravos acompanhou o declínio geral da população escravizada. Neste capítulo também se demonstra como, numa fase posterior, a chegada do ouro brasileiro provocou uma ligeira subida na importação de mais escravos africanos vindos maioritariamente do Brasil, como consequência do comércio bilateral que se desenvolveu. Em virtude deste surto importador, o declínio da população de origem africana abrandou.

A posse de escravos era importante para o prestígio e estatuto dos seus detentores, daí a sua compra por nobres e comerciantes e outros setores da sociedade. O incremento do uso de escravos resultou num maior contacto destes com a população. Como forma de destacar a influência africana na demografia da cidade, o autor assinalou que, em comparação com outras urbes europeias, Lisboa teve grandes contingentes de população proveniente de África, que de acordo com os seus cálculos atingiria cerca de $\frac{1}{3}$ da população total.

No segundo capítulo, foi abordada a presença inglesa em Lisboa e a reação dos lisboetas a essa presença. Os portugueses procuraram limitar os privilégios que os ingleses granjearam com as Guerras da Restauração, que levaram a uma série de tratados entre Portugal e a monarquia britânica. Nesta altura, os britânicos sentiram-se atraídos pelo comércio brasileiro com a descoberta do ouro, fator que teria levado a Inglaterra a assinar os tratados.

D. João V, ciente do êxodo da riqueza brasileira do reino, promulgou uma série de medidas que exemplificam os limites impostos pelos portugueses aos comerciantes ingleses, como a proibição de navios estrangeiros aportarem no Brasil. Os tratados estabelecidos marcam a viragem para o Atlântico Sul após a Restauração e foram assinados pela necessidade portuguesa de ter um aliado forte para fazer face à expansão holandesa e à oposição espanhola. Como Farnsworth explica, sem grande originalidade: “The need for a powerful ally who could defend Portugal and its Atlantic interests from both Spanish reprisal and Dutch expansion was the driving force behind a series of lopsided treaties between the two countries” (p. 40). Como resultado destas dinâmicas surgiu em Lisboa uma relevante comunidade britânica. Estes benefícios acabaram por estar na base de tensões entre a população local e os ingleses que ficaram sujeitos a violência e discriminação pela população e autoridades, embora seja importante assinalar que existiram outros aspetos conflituosos, provocados por, nomeadamente, comportamentos dos ingleses interpretados pelos portugueses como extravagantes e sobranceiros. Desta análise acerca dos comerciantes ingleses, decorre uma questão que só poderia ser respondida com uma abordagem mais global e não apenas focada em Lisboa: “Que tipo de alterações poderá ter havido no império britânico para explicar a atração pelo comércio com o Brasil?”. O aumento do número de protestantes em Lisboa também estimulou um proselitismo católico, utilizando, por vezes, estratégias bastante violentas como o rapto de crianças inglesas, o que acabaria por ser parcialmente aprovado por D. João V. Os exemplos de famílias inglesas que tiveram os seus filhos raptados ajuda a perceber os efeitos sociais negativos que as estratégias de conversão podiam ter. No plano da sociabilidade, também houve alterações, com o círculo social da aristocracia portuguesa a abrir-se aos diplomatas e comerciantes estrangeiros. Do ponto de vista da economia expositiva deste livro, as medidas económicas prosseguidas no tempo de D. João V e mencionadas neste capítulo poderiam ter sido tratadas no capítulo quatro relativo às alterações económicas ocorridas em Lisboa. No mesmo plano, este capítulo poderia ter-se focado nos conflitos sociais entre portugueses e ingleses remetendo as querelas religiosas para o capítulo três, que englobaria a reação religiosa (não só inquisitorial) às influências religiosas protestantes e crenças religiosas africanas, tendo em conta que o título do terceiro capítulo é: “Keeping Lisbon Catholic”.

No terceiro capítulo, foi tratada a forma como a Inquisição procurou manter a uniformidade religiosa na capital. Segundo o autor, na segunda metade do século XVII, a maioria dos comerciantes ativos em Lisboa era cristã-nova. Aliada a este fator, houve uma ascensão social e política destes comerciantes

devido ao investimento no comércio brasileiro e à suspensão temporária da aplicação da pena de confisco de bens por parte da Inquisição. Estas dinâmicas, segundo o autor, teriam feito crescer o sentimento anti-cristão-novo. Tendo em conta a discriminação e perseguição que os cristãos-novos sofreram, muitos, em linha com comportamentos de diáspora usuais, acabaram por sair de Lisboa. Este êxodo agravou a dependência de agentes comerciais estrangeiros, assim como a quebra das manufaturas. O êxodo foi mais significativo no tempo de D. João V, quando a Inquisição investiu na perseguição de um número significativo de comerciantes cristãos-novos originários do Brasil, impulso que o autor atribui à penúria de recursos financeiros do Tribunal, no seio do qual teria nascido a convicção de que a descoberta de ouro e de diamantes na América portuguesa era uma oportunidade. O capítulo trata ainda do aumento da repressão inquisitorial sobre práticas religiosas africanas que se vulgarizaram. No que toca aos ingleses, a ação inquisitorial foi mais contida, embora tenha contribuído para a tensão religiosa na cidade. A chegada de escravos africanos provenientes de colónias inglesas foi fortemente vigiada pela Inquisição, segundo o autor. Neste contexto, a Inquisição confiscou uma série de navios ingleses com a justificação de que nenhum súbdito da coroa portuguesa seria levado para fora do reino e se afastaria da fé católica. O Santo Ofício até retinha escravos africanos, pertencentes a ingleses, que se convertiam ao catolicismo: “At times, enslaved Africans owned by the English converted and were protected by the Inquisition as they worked alongside the Portuguese in the city” (p. 92).

O quarto capítulo, foca as alterações económicas que ocorreram em Lisboa. Num contexto de queda dos preços do açúcar nos mercados internacionais e de maior dependência de capital estrangeiro e fuga dos comerciantes cristãos-novos, o Conde de Ericeira concebeu um plano manufatureiro para Lisboa e outras regiões do reino. A política adotada incluía a contratação de especialistas estrangeiros e outras medidas como a desvalorização monetária e um conjunto de leis sumptuárias, tendo o autor analisado o seu efeito positivo em algumas indústrias, embora, de modo geral, elas tenham falhado devido à falta de produção doméstica. Outros fatores ditaram o falhanço da política manufatureira, como a ausência de oferta a perpetuar o *deficit* comercial. Tal como Farnsworth explica: “Despite the Count of Ericeira’s and Pedro II’s best efforts at providing and promoting domestic alternatives, they could not meet demand, and the trade imbalance continued” (p. 106). O autor assinala também, através da análise das remessas das frotas brasileiras, que uma quantia considerável do ouro brasileiro era direcionado para privados. Esta abordagem com dados quantitativos é adequada para analisar fatores

económicos. Nesta conjuntura de decadência económica houve uma maior emigração para o Brasil, que levou a uma maior extração de ouro brasileiro, possibilitado pela maior disponibilidade de recursos humanos que emigraram para aquela parte do império. Consequentemente, houve falta de mão de obra para a agricultura em Portugal, o que impulsionou a importação de bens alimentícios. Houve clero bastante ativo na exploração do ouro brasileiro, chegando a envolver-se no problemático contrabando de ouro, como se verificou no Convento Carmelita da cidade de Lisboa. Esta dependência do ouro brasileiro e de manufaturas estrangeiras acabaram, segundo o autor, por impedir o desenvolvimento de uma burguesia forte e de um sistema económico baseado no capitalismo mercantil, limitando o próprio absolutismo real. Ou seja, na ótica de Farnsworth estes fatores condicionaram o absolutismo de D. João V.

No último capítulo, a análise assumiu um viés mais político, e escrutinou-se o uso do ouro brasileiro para o desenvolvimento do absolutismo e a sua manifestação na cidade. Aqui se defende que as receitas coloniais resultantes da expansão do comércio e da descoberta de metais preciosos no Brasil teriam permitido acelerar a centralização política, bem como o controlo da Inquisição, ou até avanços na educação e artes mecânicas, de que seria exemplo a instituição da Real Academia de História. D. João V, limitou o papel das cortes e da nobreza (relegada a um papel consultivo). Farnsworth, tal como outros historiadores, defende que o absolutismo de D. João V era limitado, por ser apoiado, pelas receitas provenientes do Brasil e com uma dependência grande da Inglaterra no que toca aos têxteis, acabando por ser politicamente independente no plano interno, mas diplomática e politicamente dependente do estrangeiro para garantir a integridade do reino e do império. A afirmação da autoridade de D. João V, ao contrário de outros monarcas europeus, teria passado pela transformação urbanística e arquitetónica do centro imperial com vista ao seu aformoseamento, funcionalidade e higienização. No entanto, vários planos foram abandonados devido à falta de fundos. A instrumentalização da Igreja Católica e a imitação da corte papal, por exemplo, também foram relevantes para D. João V, sendo o uso da religião um fator de distanciamento de outras monarquias absolutas. Outras mudanças ocorreram na moda da nobreza, com a adoção de cânones franceses e desejo de ostentação que se alargou para o clero e burguesia, assim como novas formas de sociabilidade.

A comparação com outras monarquias absolutas permitiu realçar a influência atlântica em Portugal e em particular em D. João V. Este tipo de comparação com o cenário europeu, usada também no capítulo dois, ajuda

a realçar a atlantização de Lisboa. O autor refere que as primeiras tentativas de centralização ocorreram com D. Pedro II. Tem-se alguma dificuldade em perceber se são as primeiras tentativas no período em análise (1668-1750), mas de qualquer forma, é importante realçar que as dinâmicas de centralização têm raízes na Idade Média, sendo que em Portugal, o primeiro plano coerente de reforço do poder régio ocorreu com D. Afonso II (OLIVEIRA 2023), vislumbrando-se ainda várias medidas de centralização e reforço do poder régio desde D. João II ou D. Manuel I.

Esta obra consiste numa análise multifacetada da influência atlântica em Lisboa. Apesar de alguns lapsos pontuais e limitações da abordagem para perceber as alterações que ocorreram em Lisboa, trata-se de um livro útil, mas que não acarreta grandes novidades empíricas, reciclando, em geral, dados já conhecidos pela historiografia.

Bibliografia

- OLIVEIRA, António Resende de (2023). “A formação do território”, in João Gouveia Monteiro e António Resende de Oliveira, *Portugal Medieval. Do Condado ao Império (1096-1495)*. Lisboa: Tribuna da História, 43-71.
- SWEET, James H. (2007). “O catolicismo africano no mundo português”, in James Hoke Sweet, *Recrutar África. Cultura, parentesco e religião no mundo afro-português (1441-1770)*. Lisboa: Edições 70, 225-253.

PEDRO RIBEIRO

Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras

pedro david garciaribeiro@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0005-7402-2805>

